

-----**ATA NÚMERO 26/2018**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM CINCO DE JULHO DO ANO DOIS MIL E
DEZOITO.**-----

-----Aos cinco dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto e Elias Rodrigues Homem de Gouveia. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Presentes, ainda, os Senhores Paulo Renato Camacho da Silva Lobo, Manuel Trindade Gouveia da Silva e a Senhora Luisa Maria Antunes Paolinelli, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Senhora Vereadora Joana Carolina Oliveira da Silva e os Senhores Vereadores, Bruno Ferreira Martins e João Pedro Mendonça Vieira, do PSD, e Coligação Confiança, respetivamente.-----

---Estiveram também presentes nesta reunião, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e a Adjunta do

Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Machado.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Senhor Presidente, lamentou o falecimento de Ricardo Camacho, conhecido pelo seu percurso na música, mais concretamente no grupo “Sétima Legião”, mas também pelo seu percurso profissional como médico especialista em virologia clínica bem como pelo seu trabalho de investigação, referindo que seria agendado um voto de pesar na próxima reunião.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, por sua vez, apresentou, também, um voto de pesar pelo falecimento de Ricardo Camacho a fim de ser agendado.-----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou o Senhor Presidente acerca da mais-valia para a cidade, pela sua visita a Jersey, enquanto Presidente da Câmara do Funchal.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente referiu: “Esta visita surgiu no âmbito da geminação do Funchal com Saint Helier, sendo esta uma das geminações mais ativas, com uma

comunidade madeirense muito envolvida, quer nas questões sociais, culturais e económicas e com uma dinâmica especial. Fui convidado para participar nas Comemorações do Dia da Região em Jersey, pelo comité organizador destas comemorações. Reuni também com o Mayor, Simon Crowcroft, acerca dos pontos de contacto entre o Funchal e Jersey, entre os quais o intercâmbio de estudantes, mas também foi realizada uma reunião com empresários madeirenses ali sediados e que enfrentam novos desafios devido ao “Brexit” e que demonstraram interesse em investir na Região. Trata-se de uma ilha com grande sazonalidade e que viu aumentar o número de madeirenses devido à crise na Região. Registam também um aumento de venezuelanos que vieram para a Região, mas que devido à falta de emprego optaram pelo trabalho sazonal em Jersey”.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou em que aspeto correspondia as mais-valias para a cidade do Funchal, ao que o Senhor Presidente referiu que “existe uma componente de afeto muito grande reforçando as ligações com a Autarquia de St. Helier, com projetos de ligação entre as duas cidades, quer na área cultural quer ao nível económico, através da atratividade para o investimento, estando já agendada a visita de alguns empresários madeirenses, residentes em Jersey, em julho e agosto para concretização desse investimento”.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, questionou o ponto de situação do semáforo avariado na

Ruas das Maravilhas e para quando estava prevista a resolução, permanente ou provisória, do problema, atendendo aos vários acidentes no local.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente disse que o Senhor Vereador Bruno Martins já explicara as razões e reconhecendo a perigosidade do cruzamento, estaria a ser encontrada uma forma de resolução provisória, referindo que, do ponto de vista da contratação, nem sempre era possível a agilidade pretendida. Acrescentou que o Executivo estava preocupado com a situação e estavam a ser feitos todos os esforços a fim de encontrar, o mais breve possível, pelo menos uma solução provisória.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, procedeu à entrega de um levantamento de terrenos e propriedades que necessitavam de limpeza urgente, documento esse já apresentado na Assembleia de Freguesia de São Gonçalo, ao que o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que seria remetido aos Serviços de Fiscalização para efeito de notificação aos proprietários a fim de procederem à limpeza dos mesmos.-----

--- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Paulo Renato Lobo, do PSD, questionou o ponto de situação do Gabinete da Cidade.-----

----- - O Senhor Presidente, a este propósito, esclareceu: “O Gabinete da Cidade foi criado no rescaldo dos incêndios que afetaram o centro do Funchal em 2016, no sentido de pensar a

cidade de uma forma completamente distinta e diferente e com o objetivo de contribuir para o ordenamento do território da mesma, com o intuito de acelerar a regeneração e a vitalidade urbana. A coordenação deste Gabinete ficou a cargo dos arquitetos Paulo David e João Favila, que sob sua responsabilidade orientaram uma equipa constituída por técnicos de diferentes áreas e que contou com a consultoria científica dos arquitetos Gonçalo Byrne e João Gomes da Silva. Este Gabinete elaborou estudos e fez diagnósticos, numa primeira fase, que deram origem à Operação de Reabilitação Urbana (ORU), e, numa segunda fase, já sem estrutura física, em que os trabalhos, estratégias delineadas e ações propostas, serão executadas pela Câmara”.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Renato Lobo questionou a ação do Gabinete perante os incêndios e os resultados, ao que o Senhor Presidente informou que na altura, foram definidas quais as responsabilidades da Câmara e quais as do Governo Regional. Disse que o Governo ficara responsável pelo realojamento e reconstrução das habitações, tendo a Câmara, por sua vez, criado duas estruturas, sendo uma o Gabinete de Apoio à Reconstrução, com a elaboração dos projetos que foram entregues a todos os que requereram esse apoio e outro o Gabinete da Cidade com o objetivo de refletir os problemas da cidade, com elaboração de estudos, inventários, diagnósticos e planos de ação para a cidade.-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Renato Lobo,

questionou se esses estudos teriam sido tornados públicos, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente, e que terá sido também realizada uma exposição no Teatro Municipal com todo o trabalho executado por aquele Gabinete.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou qual o efeito prático deste Gabinete, ao que o Senhor Presidente respondeu que foi a criação da ORU.-----

----- - O Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, por sua vez, questionou se o projeto do Largo do Colégio foi consequência desses estudos e ações definidas, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente, bem como a criação de um plano de reabilitação urbana para o Bairro dos Moinhos, que servirá como ponto de contágio para outros bairros na cidade.-----

----- - Intervindo novamente, o Senhor Vereador Paulo Renato Lobo, do PSD, questionou o número de licenças atribuídas para reabilitação urbana, ao que o Senhor Presidente informou que, à data, estariam cerca de vinte e nove pareceres emitidos, mediante uma grande cooperação entre a Autarquia e as entidades bancárias intervenientes no processo.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Paulo Renato Lobo, do PSD, questionou: “De que forma é que estas áreas têm influenciado a reabilitação na cidade? Existe algum estudo ou análise que permita perceber de que forma é que estas ações que foram tomadas estão a ter sucesso e se não deveriam existir mais áreas de reabilitação urbana?”.-----

----- - Sobre estas questões, o Senhor Presidente fez a seguinte explanação: “Esta reabilitação tem que ser vista num todo. Na ARU foram identificados dois mil edifícios a necessitar de reabilitação e deu origem ao Programa “CIDADE COM VIDA”, que cria uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), que visa reabilitar o “Centro Histórico do Funchal” (Núcleos Históricos de Santa Maria Maior, Sé, São Pedro e Santa Luzia), onde se verifica, já há vários anos, uma continuada insuficiência, degradação e obsolescência de alguns edifícios, em visível mau estado, nomeadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade. Com esta iniciativa proactiva, que envolve incentivos fiscais e apoios, a autarquia pretende, de modo geral, estimular e promover a reabilitação dos edifícios da área de intervenção, mediante um alargado conjunto de incentivos e apoios, fazendo, assim, com que a regeneração urbana seja uma realidade e contribuindo para aumentar a oferta habitacional no centro, alavancando também a economia, tanto ao nível da construção como na revitalização do comércio. Pretendem-se criar outras ARU, fora das zonas históricas, cujos benefícios serão alargados no seu âmbito e que se encontram em processo de desenvolvimento”.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, solicitou a consulta do projeto de reabilitação do Largo do Colégio, ao que o Senhor Presidente disse que o referido projeto teria duas fases, conforme já fora apresentado em reunião de Câmara, sendo uma primeira com intervenção na fachada do

Edifício e Rua Padre Gonçalves da Câmara e uma segunda com intervenção na Praça.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou o ponto de situação do Plano de Ação dos Sem-Abrigo, reconhecendo não ser esta uma matéria exclusiva da Autarquia.-----

----- - Em relação a este assunto, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu: “De facto esta não é uma competência da Câmara mas é uma questão de responsabilidade social e, neste momento, a ação da Autarquia tem sido pautada pela interligação com as diversas entidades que trabalham nesta área. Já foram feitas duas reuniões de trabalho com o objetivo de fazer um diagnóstico real do que se passa na cidade, tendo ficado claro que esta problemática não se cinge ao centro do Funchal. Enfatizou ainda o facto de já existir um diagnóstico realizado pela Segurança Social, contudo os conceitos lá presentes não estão de acordo com as definições de base presentes na estratégia nacional para a integração de pessoas em situação de sem-abrigo, o que não permite ter uma ideia clara do fenómeno, nem do número de pessoas que efetivamente estão nessa situação no Funchal. Outro dos objetivos é criar um guia de recursos que, sob a forma de desdobrável, clarifique as soluções existentes na cidade e que apoiem esta população. Este desdobrável será distribuído às entidades parceiras e à população em geral que pretenda conhecer os recursos de apoio que o Funchal possui. Refiro ainda que a

Autarquia tem colaborado na elaboração do Plano Regional para a população em situação de sem abrigo. Por outro lado, tentando dar visibilidade ao trabalho que tem sido desenvolvido pela Autarquia nesta área, realizar-se-á a II Conferência Municipal sobre Estar Sem Abrigo. Este ano, o lema da conferência será “Dar Voz” e realizar-se-á no dia 11 de julho, no Teatro Municipal. Será este trabalho que permitirá fundamentar e desenvolver o trabalho que permitirá a elaboração do Plano Municipal, de forma a podermos apresentar soluções diversas das que existem na cidade”.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e relativamente à questão da reabilitação urbana, disse que as decisões tomadas pelo Governo da República, PSD e CDS/PP, decorrentes de um conjunto de políticas, do aumento do fluxo turístico e do travão nas obras públicas, tornaram possíveis os incentivos à reabilitação urbana, de forma a poder atrair mais residentes e abertura de lojas para os centros históricos.-----

---Continuando, questionou acerca do mapa de acessibilidade urbana, promessa do atual Executivo, para as pessoas portadoras de mobilidade reduzida, perguntando se existe e o que tem sido feito no sentido de mitigar as barreiras arquitetónicas na cidade.---

----- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse que o mapa existia e seria solicitado aos serviços, esclarecendo que têm sido feitas algumas requalificações nos espaços públicos urbanos, dando como exemplo a colocação, na Avenida da Madalena, Avenida Zarco sul e Rua do Favila, de

passadeiras com piso táctil, a existência de espaços adaptados no Parque de Santa Catarina, tendo igualmente já sido aprovada uma candidatura para requalificação de alguns trabalhos já efetuados na Estrada Monumental, entre o Fórum Madeira e o Ribeiro Seco. Referiu ainda que as intervenções estão a ser feitas de acordo com os planos de obra previstos.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, fez referência ao Conselho Municipal de Turismo, aprovado em novembro de dois mil e dezasseis, mas que até à presente data nunca reuniu, estando o atual Executivo, em sua opinião, a desvalorizar este Conselho. Disse ser necessário auscultar todas as entidades intervenientes e não restringir apenas à opinião da ACIF. “É lamentável que se vá discutir o projeto de regulamento de implementação de uma taxa turística sem ouvir o Conselho Municipal de Turismo”, frisou.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente, reconheceu o atraso bem como a não execução da deliberação sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo. Referiu que “não é fácil executar de forma imediata as deliberações e, neste caso, este Conselho será criado pelo Departamento de Economia e Cultura que tem tido uma ação para as políticas da cidade de forma muito ativa, referindo, no entanto, que será executada. Relativamente ao projeto de regulamento que será discutido, quero referir que foram ouvidos os hoteleiros, a Associação de Promoção da Madeira e outras entidades além da ACIF”.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, sobre o acidente ocorrido no Largo da Fonte e relativamente ao acionamento do seguro de responsabilidade civil, questionou se a Autarquia efetuara a participação ao seguro e se teria conhecimento quantas pessoas fizeram participação/reclamação.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que todos os pedidos foram submetidos à seguradora e na Câmara foram entregues dois pedidos de sinistro, tendo conhecimento que algumas pessoas participaram diretamente na seguradora.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse que decorrente duma intervenção do Presidente e atendendo ao valor da apólice ser baixo e sendo certo que se todos os envolvidos participarem, foi assumido que iriam arcar com todas as responsabilidades, questionando, a este propósito, se o Município irá assumir responsabilidades extracontratuais.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que “o capital por sinistro não é baixo, tendo em conta que se trata de um seguro de responsabilidade civil, sendo esta uma apólice que já tem largos anos, conhecida por todas as seguradoras e com características excecionais, não parecendo ser de bom sendo estar a alterá-la. Reforço ainda que a Câmara irá assumir as suas responsabilidades, que serão definidas pelo Tribunal, independentemente do valor que possa vir a ser atribuído a título

indemnizatório”.-----

-----O Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse discordar destas afirmações, referindo que o valor era irrisório, deixando a recomendação que o mesmo deveria ser repensado.-----

----- - Usando, de novo, da palavra, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, deu conta das conclusões de um estudo do Banco Mundial, onde vinte e cinco cidades europeias foram analisadas no seu contexto económico no sentido de perceber quais os entraves ao investimento. Referiu ainda que “Portugal no geral está acima da média europeia e o Funchal ficou em 3º lugar tendo em conta os cinco indicadores regulatórios medidos. O objetivo passará por reduzir a carga burocrática para se melhorar o atendimento aos investidores e aos empresários que pretendam fazer negócio no Funchal, fazendo alusão ao Balcão do Investidor, à Loja do Múncipe e ao processo de modernização administrativa que tem vindo a ser implementado na Autarquia”.-----

---Nesta altura, a Senhora Vereadora Luisa Maria Antunes Paollinelli, ausentou-se da Sala de Reuniões, não participando na discussão e votação dos restantes trabalhos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - REGULAMENTO:-----

----- - **Projeto de Regulamento da Taxa Municipal Turística do Funchal - Publicitação do início do procedimento e**

participação procedimental: - Submetida pelo Senhor Presidente, foi presente a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: a) O número de turistas, cada vez mãos ativos e consumidores de atividades, implica uma procura e pressão sobre os equipamentos, as infraestruturas e sobre o espaço urbanizado e natural no seu conjunto; b) Nos termos do n.º 1, do artigo 20.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, *“os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais”*; c) De acordo com o n.º 2, do mesmo artigo *“A criação de taxas pelos municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais”*; d) A criação desta taxa está subordinada à disciplina estatuída na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, normativo que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal delibere o seguinte: 1 – Nos termos do n.º 1, do artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento da Taxa Municipal Turística do Funchal. 2 – Delegar, nos termos do artigo 55.º, do CPA, em especial do n.º 4 da mesma norma, em Luísa Raquel Viana

Brazão Lopes, Diretora do Departamento de Economia e Cultura e em José Jorge de Faria Soares, Chefe da Divisão Jurídica, a responsabilidade pela direção do procedimento. Deverá o referido regulamento, quando concluído, ser submetido à apreciação desta câmara municipal, para que a mesma delibere, nos termos do artigo 101º., do CPA, submeter o mesmo a consulta pública e à audição das entidades representativas dos interesses em presença”.

--- - Relativamente a este documento, o Senhor Presidente reforçou tratar-se de um projeto de regulamento que será submetido a consulta pública, respeitante à aplicação de uma taxa sobre a atividade turística que não decorre do contributo dos funchalenses ou dos hoteleiros, mas sim dos visitantes e que reverterá para a manutenção deste destino, não sendo aplicada antes de novembro de dois mil e dezanove.

--- - Intervindo, o Senhor Vereador Rui Barreto, disse que a posição do CDS/PP era clara desde o início, de que este não seria o momento indicado para a implementação de um processo desta natureza e que viria acrescentar um problema a vários outros que a Madeira e o sector do turismo têm vindo a enfrentar nos últimos tempos, nomeadamente os condicionamentos provocados pelos ventos no Aeroporto Internacional da Madeira, com a implementação dos limites como mandatórios quando deveriam ser recomendáveis pela ANAC, os sucessivos cancelamentos da TAP, a redução do fluxo de turistas da Alemanha e Inglaterra e as

falências de algumas companhias aéreas.-----

--- - O Senhor Presidente, a este propósito, referiu que “em Abril, durante uma reunião preparatória, que envolveu a ACIF e outras entidades ligadas ao sector, foram transmitidas um conjunto de preocupações, e, nessa sequência, o Executivo municipal desistiu da ideia inicial de aplicar a taxa já a partir do início do próximo ano, dado que já existem compromissos do ponto de vista de agenciamento turístico até outubro de 2019, e, neste momento, o ponto de partida para aplicação da taxa turística será em novembro de 2019. Esta taxa não constitui uma inovação, pois já existe noutros municípios portugueses e europeus e este contributo é simbólico e pode ser significativo e bom para o turismo, dado que pode garantir a sustentabilidade do destino turístico do Funchal e gerar receitas capazes de fomentar o investimento para se manterem os níveis de qualidade turística quer de equipamentos, quer de infraestruturas que o Funchal tem oferecido”.-----

--- - Intervindo sobre esta matéria, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, enalteceu que, “enquanto Vereadores desta Câmara o que era importante seria o melhor para a cidade e para os funchalenses e não, conforme referiu o Senhor Presidente, ser bom para o Turismo, referindo da pertinência de algumas das questões já enunciadas pelo CDS/PP, questionamos o Senhor Presidente o facto de não ter assumido esta taxa aquando da campanha eleitoral assim como não se entende como é que assume efetuar as

obras de requalificação do Matadouro e do Monte e agora anuncia que irá fazer estas requalificações oriundas da taxa turística. Por outro lado, este Executivo anunciou que o atual orçamento foi o melhor de sempre e com maior aplicação de investimento na cidade, com arrecadação de impostos como nunca obteve, logo, não nos podemos associar a uma medida desta natureza que corresponde a uma maior arrecadação de receitas, mas que não corresponde a uma maior devolução de IRS às famílias. Por outro lado, não conhecemos as posições dos hoteleiros e sindicatos sobre esta matéria”, acrescentou.-----

--- - Intervindo, o Senhor Presidente reforçou que se referiu que é bom para o Turismo é igualmente para a cidade e para os funchalenses, sendo este um contributo pago pelos turistas para o bem do Funchal, dizendo ainda que o PSD estava a ter uma posição incoerente já que noutros municípios esta taxa já fora aprovada, enaltecendo ainda o facto de nunca se ter devolvido tantos impostos às famílias como atualmente.-----

--- - Tomando a palavra, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que a Senhora Vereadora Rubina trazia a cartilha estudada, acrescentando que foram 40 anos de má gestão e de falência de governação. Acrescentou ainda que a taxa de IRS estava, neste momento, no valor mínimo, referindo ainda que a receita desta taxa não poderá servir para baixar outros impostos por serem receitas consignadas. “Temos arrecadado mais impostos apesar destes serem os mais baixos de sempre, sinal de uma boa

execução, ao contrário do que acontecia no passado”, sublinhou.---

--- - Intervindo novamente, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse que “desde o início, assumimos uma posição de defesa dos interesses da cidade e, mais uma vez, este Executivo, aproveita este período antes da ordem do dia para fazer uma catarse das angústias e revoltas contra o Governo Regional. Não é este o local para tratar de assuntos do Governo Regional mas sim da cidade”.--

--- - Colocada à votação, foi aprovada com votos contra do PSD e CDS/PP, votos a favor da Confiança e voto de qualidade do Senhor Presidente.-----

2 - OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Concurso Público com Publicidade Internacional para Execução da Obra “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias 1ª Fase – Lote2: EEAR dos Socorridos e Sistema de Drenagem e EEAR do Areeiro e da Praia Formosa” -**

Prorrogação de prazo para entrega das propostas: - Conforme solicitado pela Somague – Engenharia, S.A, e da Ata do Júri do concurso acima mencionado, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por mais dezassete (17) dias, passando de catorze (14) para trinta e um (31) de julho/dois mil e dezoito, nos termos previstos no número três do artigo sessenta e quatro do Código dos Contratos Públicos.-----

----- - **Concurso Público com Publicidade Internacional para Execução da Obra “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras**

Acessórias 1ª Fase – Lote 1: ETAR do Funchal e Emissário Submarino” - Prorrogação de prazo para entrega das propostas:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, conforme solicitado pela Somague – Engenharia, S.A. e com base na Ata do júri do procedimento referenciado em título, autorizar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas por mais dezassete (17) dias, passando de catorze (14) para trinta e um (31) de julho/dois mil e dezoito, nos termos previstos no número três do artigo sessenta e quatro do Código dos Contratos Públicos.-----

3 – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO:-----

----- - **“Ladeira do Vasco Gil”, na freguesia de Santo António:**

- Acompanhada do respetivo processo, foi presente a proposta de deliberação, submetida pelo Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, do seguinte teor:-----

---“Considerando a existência de um arruamento sem designação toponímica, assinalado a vermelho na planta de localização e fotografias anexas; Considerando que este arruamento está inserido no Sítio do Vasco Gil; Considerando o teor da informação da Divisão de Fiscalização Municipal, anexa à presente proposta de deliberação, com o registo (I2018000010728); Considerando ainda o parecer favorável emitido pela junta de freguesia de Santo António, proponho que esta Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência plasmada na alínea ss), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, que seja atribuído o topónimo: -

“Ladeira do Vasco Gil” ao troço com início na Estrada da Eira do Serrado e término na Vereda do Vasco Gil de Baixo, freguesia de Santo António”.

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

4 – UTILIZAÇÃO DO MERCADO DOS LAVRADORES:

----- - **Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos (ALVD) –**

Isenção de taxas: - Relativamente ao pedido formulado pela Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos (ALVD) (proc.º 22842/18), para a utilização do Mercado dos Lavradores, com isenção de taxas municipais, tendo em vista a realização de um jantar destinado à angariação de fundos, a Câmara, tendo por base a informação da Divisão Jurídica (refª. 275/DJF/DJ/2018), deliberou, por unanimidade, deferir.

5 – URBANISMO:

----- - **Isenção de Taxas Municipais:** - Em presença do requerimento apresentado por João Albino Reis Bettencourt (proc.º 2658/2018, sub-proc.º 2009000388), solicitando a isenção do pagamento das taxas municipais, referente à remodelação e ampliação da moradia, afetada pelos incêndios de agosto de dois mil e dezasseis, situada no Caminho do Desterro, Entrada trinta, porta oito, freguesia do Monte, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir, com base na informação da Divisão Jurídica (refª 274/DJF/DJ/2018).

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e vinte

minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,
Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de
Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 343/3018, publicada nos locais de estilo.